

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.305 - RS (2018/0330176-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : TATIANE RAQUEL CARVALHO
ADVOGADOS : ANA PAULA RUSCHEL DA CUNHA - RS055405
GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S) - RS0063407
ROBERTA WEBBER GUGEL - RS084747
AGRAVADO : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS : KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758
RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - RJ119910
RENATA ALVES PEIXOTO - RJ161550
MARCOS HAUSEN MARCHI - RS090520B

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por TATIANE RAQUEL CARVALHO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 220):

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACORDO JUDICIAL. QUITAÇÃO. BAIXA DO GRAVAME DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DEMORA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.

1) Trata-se de ação indenizatória, na qual postula a parte autora indenização por danos morais em face da demora na baixa do gravame de seu veículo, mesmo após a quitação do contrato com o requerido, mediante acordo judicial, julgada improcedente na origem.

2) A matéria devolvida a este grau recursal diz respeito unicamente ao pedido de dano moral.

3) Danos Morais - O mero descumprimento contratual/acordo não é o bastante para caracterizar prejuízo indenizável, porque a frustração contratual, por si só, não gera dano moral. Ademais, o dano moral, "data venia", não pode estar no subjetivismo das pessoas e passa ao perigoso campo das conjecturas e pessoalidades. Ao contrário, para ensejar dano moral deve ficar plasmado nos autos o sentimento de dor, desprezo, menoscabo, diminuição pessoal, sofrimento e um padecimento extraordinário capaz de levar a vítima a ser ressarcida pecuniariamente por esse apequenamento.

4) No caso concreto, embora o banco não tenha promovido a baixa do gravame após a homologação do acordo, vindo a realizar dois meses após a liberação dos valores ao banco, tal fato não tem o condão de gerar danos extrapatrimoniais suscetíveis de reparação pecuniária. Nenhuma prova veio aos autos acerca de eventuais sofrimentos demasiados suportados pela parte autora, ônus que lhe incumbia a teor do artigo 373, inciso I, do Código de Processo

Civil.

APELAÇÃO DESPROVIDA"

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 236-244.

Nas razões do recurso especial, TATIANE RAQUEL CARVALHO alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 1.022, I e II, 373, I e II, do Código de Processo Civil de 2015; arts. 113, 186, 247, 401, I, 422 e 927 do Código Civil; e 3º, § 2º, 4º, 6º, 14, 29, 39, 43, § 2º, e 51, do Código de Defesa do Consumidor ao argumento, entre outros, que "(...) *a partir do momento em que o recorrido ignorou o acordo homologado e não realizou a baixa do gravame no veículo da Recorrente, causando sérios transtornos à mesma, igualmente configurado está o dano moral (...)*". (fl. 264)

É o relatório. Decido.

O recurso em apelo não merece prosperar.

Cumprido salientar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RS analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL.

VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

Com efeito, ao apontar violação ao art. 373, I e II, do CPC/2015, bem como aos arts. 186 e 927 do CC, a recorrente sustenta que restou configurado o dano moral em razão da demora na liberação do gravame de alienação fiduciária. O TJ-RS, por sua vez, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que os danos, em tese, experimentados pela ora recorrente não extrapolaram a esfera do mero dissabor cotidiano, o qual não é passível de indenização por danos morais. Confira-se o excerto do v. acórdão estadual (fls. 222-225):

"O mérito da causa é singelo, sem menoscabo, data venha, mas decorre da simples mora no cumprimento de acordo homologado judicialmente e celebrado pelas partes nos autos da ação revisional que o autor promoveu contra o banco demandado.

Nesse acordo, devidamente homologado, constaram obrigações bilaterais, tanto ao autor (pagamento do saldo contratual) como ao banco (liberar o gravame de alienação fiduciária). Contudo, o banco demandado

deixou de liberar o gravame que recaía sobre o veículo, ensejando o ajuizamento da presente demandada que tem por objeto o dano moral que se diz experimentado.

Concessa venha, mas o fato narrado na exordial não se ajusta àqueles que acarretam danos morais passíveis de tradução pecuniária.

O autor reclama da morosidade do banco em liberar o gravame do bem alienado, após a homologação do acordo. Ora, se houve demora irrazoável, que o autor fosse ágil em ajuizar a respectiva ação de execução do acordo ou mesmo mero procedimento de notificação judicial ou extrajudicial e, provavelmente a situação estaria resolvida.

Com efeito, a demora na liberação do gravame somente pode render danos morais se houvesse alguma situação excepcional e extraordinária, inexistente nos autos e não comprovada na cognição, pois o panorama probatório carreado aos autos não enseja suficiência probante do dano moral, que apenas gravitou na órbita do dissabor natural e contemporâneo com a época em que vivemos, sem maiores repercussões, quer no sentimento pessoal, sem humilhação exagerada, nem sofrimento extraordinário ou mesmo no campo do padecimento moral ou pessoal.

[...]

Com efeito, entendo que os danos, em tese, experimentados pela parte autora, ainda que não provados, não extrapolaram a esfera do mero dissabor cotidiano, o qual não é passível de indenização por danos morais, tendo em vista que, aparentemente, a situação, embora embaraçosa, não causou qualquer dano à honra ou direito de personalidade, tendo o banco requerido providenciado a baixa do gravame antes do ajuizamento da presente ação." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta eg. Corte Superior é no sentido de que o atraso da baixa do gravame de alienação fiduciária, por si só, não caracteriza dano moral, sendo necessária a demonstração de circunstâncias que agravem a situação da parte, o que não restou evidenciado. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a demora da instituição financeira em promover a exclusão do gravame de veículo alienado fiduciariamente, por si só, não se revela suficiente para configurar dano moral indenizável.

2. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1675040/RS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 25/10/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. BAIXA DE GRAVAME. ATRASO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. DEMONSTRAÇÃO. NECESSIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.

1. O mero atraso na baixa do gravame de alienação fiduciária de veículo automotor não caracteriza o dano moral, devendo este ser devidamente demonstrado.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1718107/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 11/09/2018 - grifou-se)

Nesse cenário, estando o v. acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta eg. Corte, no tocante à inexistência de dano moral pelo mero atraso na baixa do gravame, o apelo nobre encontra óbice na Súmula n. 83/STJ.

Por fim, melhor sorte não socorre à recorrente no tocante ao conhecimento do apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Isso porque, ao alegar dissídio jurisprudencial quanto aos arts. 3º, § 2º, 4º, 6º, 14, 29, 39, 43, §2º e 51 do CDC e arts. 186, 247, 401, 1, 422 e 927 do Código Civil, a recorrente não demonstra a similitude fático-jurídica entre o v. acórdão estadual e o paradigma apresentado.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$800,00 (oitocentos reais) para R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais), ficando suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

